CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - Proc. CEE nº 698/74
INTERESSADO: COLÉGIO "DUQUE DE CAXIAS", de Araraquara
ASSUNTO : Regularização de vida escolar
RELATOR : Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI
PARECER CEE Nº 3061/75; GSG; Aprov. em 29/10/75

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: O atual diretor do Colégio "Duque de Caxias", entidade mantenedora do Colégio Comercial "Prof. J. Borges Corrêa", de Araraquara, em ofício dirigido ao Conselho Estadual de Educação, diz o seguinte:

"Em 1968, o aluno José Antônio da Silva, procurou o Colégio Prof. Borges Corrêa, pedindo para matricular-se no Curso Técnico de Contabilidade. O aluno alegou ter cursado o ginásio até a 3ª série (7ª série do 1º grau) e que havia feito um curso no Colégio Industrial "Profa. Anna de Oliveira Ferraz" equivalente a 4ª série do ginásio (8ª, 1º grau)".

"A direção do Colégio aceitou a matrícula condicional do aluno até que fosse dada uma solução do caso pelo Inspetor do Ensino Comercial. Como a solução do caso não veio logo, o aluno frequentou o Curso de Contabilidade normalmente. A direção do Colégio aconselhou ao aluno que fizesse o Exame de Madureza, independentemente de qualquer resposta por parte do Inspetor do Ensino Comercial".

"Em 1971, o aluno concluiu o Curso Técnico de Contabilidade. Neste mesmo ano o Inspetor do Ensino Comercial deu a resposta a Direção do Colégio, que o Certificado de Curso Extraordinário de Desenho feito no Colégio Industrial "Profa. Anna de Oliveira Ferraz" não era equivalente a 4ª série do ginásio (8ª, do 1º grau)".

"Como demonstra a fotocópia do Certificado de Conclusão de Madureza o aluno foi eliminando as matérias do 2º grau de 1968 a 1973".

"A atual Direção do Colégio dirige-se a este Egrégio Conselho Estadual de Educação, para que seja normalizada a vida escolar do aluno afim que se possa fazer o devido registro do Diploma, de Técnico do Contabilidade, uma vez que o aluno já se encontra em efetivo exercício da profissão necessitando portanto do Diploma como dispositivo legal para exercê-la".

Transcrito conforme o original. Os grifos são nossos.

2. O processo baixou em diligência, por solicitação do relator então designado (17/4/74), o nobre Conselheiro Oliver Gomes da Cunha, para que lhe juntassem documentação comprobatória da vida escolar do interessado.

A diligência foi cumprida e o protocolado retornou à circulação, neste Conselho, em fins de junho do 1974. Após o recesso de julho, em virtude do pedido de licença do nobre Conselheiro Oliver Gomes da Cunha, o processo foi redistribuído, competindo-nos, então, relatá-lo.

3. Ao primeiro exame do protocolado, verificamos que lhe haviam sido anexados mais estes papéis:

- I - declaração do Centro de Formação Profissional "Henrique Bastos Filho" - SENAC de Araraquara, esclarecendo que José Antônio da Silva fora aluno do estabelecimento em 1966/67, tendo desistido dos estudos quando cursava a 2ª série ginásial;
- II - atestado do Ginásio Industrial Estadual "Profa. Anna de Oliveira Ferraz", de Araraquara, informando que José Antônio da Silva "concluiu o 1º e 2º ano do curso Extraordinário de Desenho Técnico, respectivamente nos anos de 1963 e 1964";
- III - duas fotocópias dos certificados relativos ao citado Curso de Desenho Técnico.

4. A vida escolar do interessado, conforme os documentos constantes do processo, pode ser assim resumida:

- a) - curso extraordinário de Desenho Técnico (aprendizagem de finalidade profissional, sem nenhum benefício em termos de escolaridade, feito em 1963/64;
- b) - 1966 e 1967, 1ª série do curso ginásial no Centro de Formação Profissional "Henrique Bastos Filho", SENAC, tendo desistido em meio ao decorrer da 2ª série;
- c) - Curso de Técnico de Contabilidade, no Colégio Comercial "Prof. Jorge Borges Corrêa", iniciado em 1969 e concluído em 1971;
- d) - certificado de conclusão do ensino de 2º grau, mediante exames de madureza começados em 1968 e terminados em 1973, prestados, respectiva e cronologicamente, em estabelecimentos escolares sediados em São Carlos o Araraquara e em Campo Grande e Três Lagoas.

5. Ante o evidente conflito entre o afirmado pela direção do Colégio "Duque de Caxias" do que

"o aluno alegou ter cursado o ginásio até a 3ª série e que havia feito um curso no Colégio Industrial "Profa. Anna de Oliveira Ferraz" equivalente a 4ª série do ginásio em 1963/64".

e o documento provando que o mesmo aluno, em 1966, se matriculara na PRIMEIRA SÉRIE do curso Ginásial do Centro de Formação Profissional, "Henrique Bastos Filho", sentimos ser necessário maior esclarecimento sobre os estudos efetivamente realizados pelo interessado, razão por que solicitamos nova DILIGÊNCIA, inclusive para que fosse anexada prova de autenticidade do Certificado dos exames de Madureza e Supletivos prestados e concluídos em Três Lagoas, expedida pelos órgãos competentes da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso.

6. Após a nova diligência, ao examinar o processo, verificamos que lhe fora anexada, pura e simplesmente, uma reprodução da fotocópia de fls. 5 cuja única novidade consistia no carimbo do Tabelionato, após dizer que a cópia conferia com o original, vir datado de 5 de abril de 1975, enquanto que o mesmo documento, a fl. 5, trazia carimbo Idêntico datado de 30/01/1974;

7. Ante o descumprimento do pedido de diligência, demos o seguinte despacho:

" 2ª DILIGÊNCIA - Insisto em que o interessado, ou quem suas vezes fizer, junte prova de autenticidade do certificado dos exames de Madureza e Supletivo, mediante o visto-confere das autoridades competentes da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. O documento de fls. 19 é o mesmo que vem à fl. 5. A única diferença talvez resida no carimbo do tabelião que atesta ser a fotocópia idêntica ao original. Isso não prova coisa alguma. Em nova diligência para ser cumprido o reclamado anteriormente e agora reiterado. S. Paulo. 14 de abril de 1975".

8. O próprio interessado - José Antônio da Silva - em carta datada de 9 de agosto, esclarece que esteve em Três Lagoas, para atender ao determinado na diligência e que o Delegado Regional do Ensino afirmou-lhe que o certificado de conclusão do 1º grau, via exames de Madureza e Supletivo, está em perfeita ordem, nada mais lhe devendo ser acrescido ou atestado.

O peticionário, além de outros informes inteiramente dispensáveis sobre suas atividades docentes, jornalísticas e afins, comunica que se acha no 4º período da Faculdade de Direito de Araraquara, insistindo em que, não tendo mais nada a apresentar, seja considerada em ordem a

sua vida escolar, ao nível do 1º grau, pára que ele possa, finalmente, receber o seu diploma de Técnico em Contabilidade, registrá-lo e prosseguir em sua profissão.

9. Defrontamo-nos, assim, com outro caso do omissão, ignorância, displicência ou, quem sabe, tolerância excessiva, para não usar outro qualificativo, de responsáveis pela secretaria de Colégio, vale dizer, de sua direção, no exame de documentos indispensáveis à validação de matrícula na 1ª série de curso de 2º grau.

É inacreditável o número de casos semelhantes que este Conselho tem examinado nestes últimos anos, nos quais se alternara ingenuidade ou má fé por parto de alunos, ignorância ou negligência dos responsáveis pela direção de escolas, a par, muitas vezes, da displicência da inspeção escolar. O fato é que a monótona e abusiva repetição ou multiplicação desses casos está a exigir atitude mais drástica deste Colegiado, a fim de que, pelo menos, tentemos a diminuição de ocorrências semelhantes.

10. Parece-nos, por isso, oportuno recomendar aos órgãos competentes da Secretaria da Educação que divulguem um aviso, esclarecimento, advertência ou algo assim, no sentido de que diretores e secretários de escolas tomem consciência de que não existe a matrícula condicional ou temporária, muito menos quando esse condicional ou temporário (caso em tela) se transforma em matrícula para todo o curso a ser feito, ainda que sob a alegação de que se está aguardando o parecer da Inspeção.

11. Contudo, convém ponderar que este processo tramita por esta Casa há quase dois anos. Já passou pelo que se poderia chamar de "fase purgatória" e, no essencial, ele não difere de outros iguais já apreciados pelo Conselho.

O interessado, por sua vez, já pagou o seu débito no concernente à escolaridade de 1º grau, embora, o tenha feito "a posteriori" do curso de Técnico em Contabilidade, profissão que se acha exercendo, além de já estar matriculado numa Faculdade de Direito, segundo alega.

Por esse motivo, ainda que invocando, a figura da excepcionalidade, inclinamo-nos a favor do deferimento do requerido pelo peticionário.

II - CONCLUSÃO

1. Ante o exposto e tendo em vista os documentos juntados ao processo e novos esclarecimentos prestados pelo interessado, nosso voto é favorável, em caráter excepcional, a que se considere regularizada a vida escolar, ao nível de 1º grau, de Antônio José da Silva, RG nº 4.210,124, o qual poderá, em consequência, receber o seu diploma de Técnico em Contabilidade.

2. Remeta-se cópia deste Parecer ao Exmo.Sr. Secretário da Educação, para os fins de direito.
3. Dê-se ciência ao Colégio Comercial "Prof.J. Borges Corrêa" de Araquara, cuja direção deve ser advertida pela negligência havida, na matrícula, supracitada.

São Paulo, 22 de outubro de 1975

a)Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI- Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, LIONEL CORBEIL e MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA.

Sala do Câmara do Segundo Grau, em 22 de outubro de 1975

a)Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara, do Ensino do Segundo Grau nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 29 de outubro de 1975

a)Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente